

HEGEMONIA, ARTICULAÇÃO E MOVIMENTO ESTUDANTIL: Uma análise da política estudantil e da negação do projeto empresa Junior no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC a partir da Teoria do Discurso da Escola de Essex.

Raphael Sansonetti Valverde¹

1. Introdução

O presente artigo se propõe como um ensaio a partir da teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985), sendo uma construção discursiva e uma interpretação possível dos processos de articulação e hegemonia dentro da temática do movimento estudantil na América latina. O caso estudado envolve o contexto dos debates relacionados à assembleia geral do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no Brasil, ocorrida em 13 de novembro de 2013. A assembleia em questão acarretou na negação da implantação do projeto Empresa Junior (EJ) nos cursos de graduação presentes no CFH e se deu após um processo que envolveu um conjunto de debates realizados por estudantes, professores e técnico administrativos deste Centro de Ensino da UFSC. Os questionamentos sobre as EJs partiram, inicialmente, de estudantes do curso de Psicologia em 2011, sendo deslocado posteriormente para todo o CFH após deliberação do Conselho de Unidade do CFH em 2013.

Os eventos ocorridos no CFH entre 2011 e 2013 podem ser localizados dentro do contexto dos movimentos sociais na América latina, em específico nas movimentações relativas à defesa de um projeto de universidade pública frente à lógica hegemônica das políticas neoliberais de sucateamento da educação pública (EVANGELISTA; MORAES; SHIROMA, 2000). Principalmente a partir da década de 90, como no caso das privatizações em diversos níveis educacionais (MANCEBO, 2004) e do empresariamento da educação pública de nível superior, (NEVES, 2002) como é o caso desta presente ensaio. Outra expressão das políticas de sucateamento da educação de forma geral pode ser notada recentemente no caso

¹ Graduado em psicologia (UFSC) e mestrando do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

dos cortes do financiamento para a educação pública em cerca de 9 Bilhões de reais² em 2015.

Numa busca inicial na literatura foi encontrada apenas uma produção que explorou o mesmo objeto desse presente estudo (SEKI e SIMÃO, 2014), embora existam outras produções que tratem de análises sobre as Empresas Juniores (EJs) em si, seguindo esse critério foram encontrados, na busca inicial, sete artigos. Acredita-se, portanto que o objeto de estudo desse presente artigo seja relevante do ponto de vista científico como forma de possibilitar novas leituras desse caso político, considerando-se principalmente as novas configurações dos movimentos sociais (LACLAU, 1986). Acredita-se, também, na relevância social do objeto de estudo, uma vez que o evento ocorrido no CFH é um caso singular de mobilização de esquerda, uma vez que o projeto Empresa Junior é institucionalizado em diversas Universidades Públicas, podendo ser tido como “natural” e bem estabelecido. Segundo a Federação nacional da Empresas Juniores (Brasil Junior)³ existem cerca de 1,2 mil EJs no Brasil nas Instituições de Ensino Superior⁴, muitas delas sendo universidades públicas. Na UFSC, por sua vez, se constatam em 2013, 19 empresas juniores⁵ (15 federadas e 4 não federadas)⁶ em diferentes cursos de graduação, o que pode ser considerado como uma grande articulação de uma cadeia equivalencial (LACLAU e MOUFFE, 1985) entre diversos sujeitos entorno do signficante “Empresas Juniores” como projeto de ensino na UFSC. Porém essa relação equivalencial encontrou antagonismos no espaço do CFH entre os anos de 2011 a 2013.

O caso analisado nesse artigo explora possibilidades interessantes de estudar os movimentos estudantis nas universidades públicas na atualidade, nesse caso

² Informações disponíveis em reportagem da Carta Capital, em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/ajuste-fiscal-governo-anuncia-corte-de-69-9-bilhoes-de-reais-do-orcamento-6830.html>> Acesso em 10/08/15.

³ Informações da Brasil Junior disponíveis em: <<http://brasiljunior.org.br/>> Acesso em 10/08/15.

⁴ Informações disponíveis em reportagem de Andréa Maia no site do Bradesco Universitário, disponível em: <<http://www.bradescouniversitario.com.br/html/cub/carreira/negocio-proprio/brasil-e-recordista-em-empresas-juniores.shtm>> Acesso em 10/08/15.

⁵ Informações disponíveis no site da UFSC em: <<http://estudante.ufsc.br/empresas-juniores/>> Acesso em 10/08/15.

⁶ O caráter de federado ou não federado se refere a FEJESC, Federação de Empresas Juniores do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://fejesc.org/>> Acesso em 10/08/15.

específico possibilita a interpretação sobre o processo hegemônico, articulado pelo “Movimento Contra as EJs no CFH” em 2013. Considera-se que o caso seja relevante para a temática das políticas educacionais públicas e dos movimentos sociais, podendo gerar dados de reflexão. Assim, o objetivo deste ensaio é compreender as diversas articulações relacionadas aos diversos setores do movimento estudantil envolvidos na dinâmica dos eventos que culminaram na negação do projeto Empresa Junior nos cursos de graduação do CFH por meio da Assembleia. Para isso, retomam-se algumas premissas da Teoria do Discurso da escola de Essex, como formulado por Laclau e Mouffe na obra *Hegemonia e estratégia socialista* (1985). Segundo Laclau e Mouffe, essa Teoria do Discurso também chamada de Pós-Marxista, parte de diversas críticas ao marxismo, como o caráter determinista, objetivista e essencialista presente em algumas obras de Marx, especialmente presente e reproduzido em diversos autores marxistas da Segunda internacional. (BURITY, 1997, p.4) Laclau e Mouffe foram inspirados principalmente pelas proposições de Gramsci, como o conceito de Hegemonia e bloco histórico, e por diversas outras influências como a filosofia desconstrutivista de Derrida, a psicanálise (principalmente Lacaniana), a lingüística, o estruturalismo e o pós-estruturalismo. (MENDONÇA & RODRIGUES, 2008, p. 26).

A proposição do conceito de discurso em Laclau e Mouffe pretende-se como uma forma de aumentar a capacidade analítica em relação ao campo tradicional marxista. Assim o sentido dos objetos, ou o papel histórico dos sujeitos e grupos, não está dado a priori, mas é contingente a um sistema de relações, uma configuração social concreta, uma totalidade estruturada, que é chamada de Discurso. Essa estrutura discursiva não se limita a dimensão mental ou racional, mas seria uma “prática articulatória que constitui e organiza as relações sociais”. (LACLAU e MOUFFE, 1985. p. 132-133 e p. 142-149.) Essa articulação seria uma prática que estabelece uma relação entre elementos que muda suas identidades e “a totalidade resultante de práticas articulatórias é o discurso”, assim a existência e o ser de qualquer objeto está sempre envolvido pela esfera da discursividade (BURITY, 1997, p. 5-13).

Nessa formulação o conceito de discurso busca o rompimento da visão dicotômica entre “práticas discursivas” e “não discursivas”, considerando-se que todo objeto é constituído como objeto de discurso. Assim tanto a dimensão lingüística

como a prática/ação são consideradas como diferentes aspectos constituintes da produção social de sentido dentro de uma estrutura discursiva. Ao mesmo tempo em que se afirma o caráter material de todo discurso, não se nega o mundo físico exterior ao pensamento e à dimensão linguística. (LACLAU e MOUFFE, 1985. P.144-147)

Laclau e Mouffe também trabalham o conceito como “formações discursivas”, sendo estas um conjunto de diferentes posições que num contexto contingente podem ser consideradas uma “totalidade” a qual tem “caráter relacional e incompleto, permeada pela contingência”. (Laclau e Mouffe. P. 143-144 P. 150-151)

Segundo Burity:

Uma formação discursiva não é uma espécie de coleção amorfa de discursos. Ela possui uma ordem, ela é uma orientação, um sentido, e agora não em termos de significado, mas de direção para estes acontecimentos. Trata-se de um campo de práticas. (BURITY, 2008 p. 42-43)

Outra dimensão relevante sobre essa concepção de Discurso se refere a polissemia presente nas estruturas discursivas, que produz um excedente de sentido que impede um fechamento desta totalidade, o qual está em disputa pelos diferentes discursos que tentam dentro de suas possibilidades hegemonizar o sentido do espaço. Os discursos privilegiados dos sentidos adotados parcialmente em algum espaço são considerados pontos nodais, “alvos e resultados das lutas hegemônicas numa dada formação social.” (BURITY, 1997. P. 13)

Assim, com a pretensão de se examinar esse objeto de estudo, pretende-se realizar uma análise política a partir da compreensão teórico-epistemológica e de algumas categorias centrais (articulação discursiva e hegemonia) da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985). Consideram-se como dados os discursos de diversos sujeitos do movimento estudantil, entre eles, grupos, organizações, coletivos e estudantes independentes, com posições Pró ou Contra às Empresas Juniores, sendo estes discursos o foco de nossa análise. Consideram-se outros discursos de sujeitos como Professores e Técnico-administrativos que se envolveram no processo, mesmo que de forma secundária. As fontes de dados

foram diversas, desde a observação direta⁷ de vários eventos entre 2011 e 2013, como também fontes oficiais (UFSC, Conselho de Unidade do CFH, FEJESC, sites de coletivos e organizações políticas) e reportagens. Os dados também foram coletados em fontes como redes sociais (Facebook) e blogs de estudantes durante esse período.

Os discursos e as posições de sujeitos analisados nesses dados se referem ao processo de articulação discursiva relativa à negação das empresas juniores no CFH em 2013. Os discursos analisados se situam num recorte histórico contingente desde 2011, que envolveu mobilizações, campanhas, debates, produção de textos, entre outros, além da própria assembleia do CFH de 13/11/13. Serão considerados, também, alguns dados referentes às eleições para DCE-UFSC, como a composição das chapas do processo de eleição e dos grupos, organizações e coletivos que as compunham.

Acredita-se que nestes eventos a articulação discursiva desenvolvida entre esta diversidade de agentes políticos inicialmente desarticulados, e até mesmo com antagonismos entre si, pode gerar uma relação hegemônica contra as EJs como figura antagônica externa (exterior constitutivo), impedindo a criação das Empresas Juniores como proposta pedagógica empresarial-empresendedora no CFH. Essa análise será exposta a seguir.

2. Construção de uma hegemonia contrária as EJs na assembleia do CFH.

2.1 Um histórico das articulações e conflitos anteriores à Assembleia.

Consideram-se, assim, os discursos no contexto do CFH de 2011 a 2013 como dados de análise. Têm-se como premissa que o “discurso não é uma simples somas de palavras, mas conseqüência de articulações concretas que unem palavras e ações, no sentido de produzir sentidos que vão disputar espaço no social” (MENDONÇA, Daniel e PEIXOTO RODRIGUES p. 28) Nessa disputa, acredita-se que se articula uma formação discursiva que expressa o projeto neoliberal da educação pública (Movimento Pró EJs na UFSC) e a outra formação discursiva que

⁷ O autor do presente artigo, durante sua graduação em Psicologia na UFSC, participou e observou o desenvolvimento da disputa dos movimentos contrários e a favor das EJ entre 2011 e 2013, como membro do Movimento Contra as EJs no CFH.

se articula e expressa o projeto contra-hegemônico de esquerda em relação à defesa da educação pública (Movimento Contra as EJs no CFH)⁸. Citamos Burity:

Todo discurso é uma tentativa de dominar o campo da discursividade, deter o fluxo das diferenças, construir um centro, dizer a verdade do social. Os pontos discursivos privilegiados dessas fixações parciais constituem-se nos pontos nodais que são alvos e resultados das lutas hegemônicas numa dada formação social. (BURITY, 1997, p. 13)

Serão feitos esboços de um conjunto de discursos (Contra e Pró EJs) considerados importantes dentro da estrutura discursiva que possibilitou a Hegemonia contrária as EJs no CFH. O antagonismo em relação às EJs nesse contexto contingente teve uma possível origem no curso de Psicologia em 2011, quando o projeto da EJ do curso de psicologia, que iria ser criada a partir aprovação no Conselho de Unidade do CFH, foi negado com base num parecer de vistas do processo 23080.0115001/2011-72 datado de primeiro de agosto de 2011. (SEKI, 2011)

Após essa negação do projeto da EJ de Psicologia se deu a emergência e acirramento das posições de sujeito antagônicas entre estudantes da Psicologia pró e contra o referido projeto, como pode ser visto em textos produzidos por Seki (2011) e Wendt (2011), assim como o aumento do antagonismo sobre o tema em diversos espaços de debate promovidos pelo CALPSI (Centro Acadêmico Livre de Psicologia), além de alguns espaços organizados pelo então chamado “Movimento de criação da EJ de Psicologia”⁹, formados pelos estudantes de Psicologia que vinham desenvolvendo o projeto da EJ de psicologia negado no Conselho de Unidade do CFH em 2011. Nesse momento o antagonismo em relação ao projeto das EJs se dava prioritariamente entre alunos do curso de Psicologia. O debate se estendeu as salas de aula e corredores, além de mídias sociais, como no caso do grupo de Facebook¹⁰ “Psicologia UFSC”, composto por alunos do curso, que

⁸ Esses movimentos citados são as identidades assumidas pelas articulações antagônicas especificamente para a campanha que culminaria na assembleia a partir de 24/09/13.

⁹ Informações disponíveis no Blog InteraEJ, organizado pelo Movimento de criação da EJ de Psicologia da UFSC. Disponível em: <<http://interaej.blogspot.com.br/>> Acesso em 10/08/15.

¹⁰ O grupo “Psicologia UFSC” é uma comunidade do facebook composta apenas de graduandos e pós-graduandos do curso. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/203002569762107/>> Acesso em 10/08/15.

debateram diversas vezes o tema, produzindo documentos e discussões que servem como dados sobre o antagonismo sobre as EJs. Este acirramento do antagonismo sobre a criação ou não da EJ de Psicologia, teve repercussões até mesmo dentro das eleições do CALPSI (Centro Acadêmico Livre de Psicologia). Desde 2005 o CALPSI vinha sendo composto por gestões de continuidade que tinham como principal pauta criar espaços de fomento ao debate da avaliação e reforma curriculares do curso de Psicologia¹¹. Dentre estas gestões podem-se citar as gestões Mobiliza! (2010-2011) e Roda Viva (2011-2012)¹² que apoiaram a defesa do debate em relação às EJs, além de apontar críticas a esse projeto. Um exemplo do posicionamento destes estudantes pode ser visto em nota de Repúdio lançada em outubro de 2011 (Vide nota em anexo 1). Nesse documento se percebe que, na época, o Departamento do Curso de Psicologia foi contrário ao debate aberto sobre o tema, acabando por se posicionarem em defesa de um recurso burocrático ao Conselho Universitário ignorando a ânsia por debate dos estudantes contrários as EJs e o Regimento Universitário.¹³

Os estudantes contrários as EJs também proporam a criação do SeMPSI¹⁴ (Serviço Modelo de Psicologia). Segundo reportagem de Allan Seki (2011) a proposta do projeto do SeMPSI surge como alternativa ao projeto Empresa Junior, o qual é analisado como incompatível com a universidade pública. O SeMPSI, por sua vez, pode ser caracterizado como um coletivo de extensão universitária aberta a todos os estudantes do curso de Psicologia da UFSC. A função do SeMPSI seria a de planejar e realizar práticas críticas em psicologia a partir dos grandes problemas nacionais e alinhadas com as políticas públicas visando, também, o aprimoramento

¹¹ Alguns dados sobre a Avaliação de Curso da Psicologia pode ser visto em reportagens no jornal PSIU! Do centro acadêmico livre de Psicologia da UFSC. Disponível em: <<https://calpsiufsc.files.wordpress.com/2012/06/psiu-ed07.pdf>> Acesso em 10/08/15.

¹² Mais informações dessas gestões do CALPSI disponíveis em: <<https://calpsiufsc.wordpress.com/>> Acesso em 10/08/15.

¹³ O artigo 21 do Regimento interno da UFSC prevê 10 dias para pedidos de recursos de decisões tomadas em conselhos, a decisão do colegiado da psicologia desrespeitou esse artigo. Fonte do Regimento Interno da UFSC disponível em: <http://antiga.ufsc.br/paginas/downloads/regimento_ufsc.pdf> Acesso em 10/08/15.

¹⁴ Mais informações sobre o SeMPSI podem ser encontradas em blog (disponível em: <https://sempsi.wordpress.com/2013/04/28/46/>) e principalmente em seu perfil de Facebook, aonde se encontra mais atualizada (disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Sempsi-UFSC/370385329712726>). Acesso em 10/08/15.

do currículo do curso de psicologia por meio de avaliações e propostas. O grupo não se voltaria para serviços relativos aos interesses privados e do empresariado.¹⁵

Em contrapartida, entre as eleições do CALPSI de 2011/2012 e 2012/2013, houve a articulação de estudantes pró Empresa Junior do curso de psicologia na disputa da gestão do CALPSI, que se expressaram por boicotes ao processo eleitoral (na eleição de 2011/2012) e a criação da Chapa de oposição “Representa!”¹⁶ (eleição de 2012/2013), a qual defendia as EJs e a pluralidade de opções no espaço público. Interpreta-se que a disputa da gestão do CALPSI por estudantes pró EJs foi fomentada pelos posicionamentos das gestões do CALPSI contrárias as EJs. Sendo que a chapa “Representa!” era composta por alunos pró EJs e membros do “Movimento de Criação da EJ de Psicologia da UFSC”, que se declaravam contrários as práticas das antigas gestões do CALPSI críticas as EJs.

Os estudantes das antigas gestões do CALPSI, que perderam as eleições no final de 2012, se organizaram no início de 2013 entorno do desenvolvimento do Projeto do SeMPSI e na realização de atividades como o debate “Por que o SEMPSI pode ser uma alternativa à Empresa Júnior?”¹⁷ realizado em 13 de maio de 2013. O debate citado teve como o enfoque a crítica as empresas juniores, justificando a proposição do SeMPSI como alternativa. No início de 2013 o “Movimento de criação da EJ de Psicologia” muda sua identidade para “Persona”, Empresa Junior de Psicologia¹⁸, se auto-legitimando com a identidade de uma EJ criada e autorizada, apesar desta não ter sido legalmente autorizada e credenciada no Conselho de Unidade do CFH.

O antagonismo continuou acirrado entre os discursos contra e pró EJs no curso de psicologia, sendo que em 18 de Junho de 2013 o grupo de estudantes de Psicologia contrários as EJs, frente a uma possível aprovação burocrática das EJ de Psicologia a partir da decisão do Colegiado de Departamento de Psicologia em 2011

¹⁵ Mais detalhes e informações sobre o SeMPSI podem ser vista em reportagem pública disponível em: <<https://calpsiufsc.files.wordpress.com/2012/06/psiu-ed07.pdf>> Acesso em 10/08/15.

¹⁶ Mais informações sobre a chapa “Representa!” disponíveis em: <<http://chapa2representa.blogspot.com.br/>>

¹⁷ Na rede social Facebook foi realizado um evento do debate que pode ser visualizado em: <<https://www.facebook.com/events/323989194396887/>> Acesso em 10/08/15.

¹⁸ O perfil de facebook da Persona é o principal meio de comunicação do projeto da EJ de psicologia na UFSC e pode ser acessada em: <<https://www.facebook.com/PersonaEJ>> Acesso em 10/08/15.

(vide Nota em anexo 1) se organizaram como um novo grupo, que no momento se intitulou “Estudantes Pelo Direito de Debater”¹⁹. Esse novo grupo realizou uma mobilização no curso de Psicologia, com passagens em sala, publicação de textos e gráfico apontando o histórico de tramitação do processo da EJ Psicologia, que tramitava fora de prazo e que iria ser aprovada institucionalmente sem participação efetiva da comunidade do CFH (Anexo 2). Assim, com o apoio de parte do corpo docente da Psicologia, a mobilização do coletivo “Pelo Direito de Debater” possibilitou que o Colegiado de Departamento de Psicologia encaminhasse uma proposta de debate sobre o projeto das EJs para o Conselho de Unidade do CFH, uma vez que a instância teria que eventualmente debater e deliberar sobre o tema, conforme o regimento universitário previa. Assim, em 24 de Setembro de 2013 o Conselho de Unidade do CFH, com base no encaminhamento sugerido pelo Colegiado de Curso de Psicologia, deliberou²⁰ pela proposta de realização de um ciclo de debates na comunidade do CFH que culminariam numa assembléia geral do centro, em 13 de novembro, com a finalidade de debater a relevância pedagógica das EJs para o Centro de Ensino. Aqui se percebe o deslocamento da disputa entorno da EJ de Psicologia para um novo âmbito, das EJs no CFH. Esse desajuste é característica importante numa relação hegemônica. (LACLAU e MOUFFE, 1985, p.184)

Na campanha específica para que o conselho de unidade do CFH, em 24 de setembro, deliberasse pela assembleia, o coletivo “Pelo direito de Debater” já se articulava com o Centro Acadêmico Livre de História (CALH) e o Centro Acadêmico Livre de Geografia (CALIGEO). Esses Centros Acadêmicos (CAs) eram compostos em parte por militantes estudantis da organização JCA (Juventude Comunista Avançando) e da Juventude do PSTU. Apesar da articulação discursiva contra as EJs começar a ser maior entre os estudantes do CFH, no sentido de uma ação prática contra as EJs, a articulação discursiva Pró EJ já era bem consolidada em diversos centros de ensino da UFSC, como citado na introdução deste artigo.

¹⁹ O perfil de facebook do grupo “Pelo Direito de Debater” pode ser acesso em: <<https://www.facebook.com/pelodireito.dedebater>> Acesso em 10/08/15. Esse perfil publicou cerca de 2 textos entre outras notas em defesa do debate sobre as EJs, alguns disponíveis apenas no grupo “Psicologia UFSC” disponibilizado anteriormente.

²⁰ Essas informações estão no site de notícias da UFSC, disponível em: <<http://noticias.ufsc.br/2013/11/assembleia-do-cfh-debatera-sobre-empresas-juniores/>> Acesso em 10/08/15.

A grande articulação discursiva em relação à defesa das EJs se dá numa longa cadeia equivalencial entre diversos sujeitos organizados em 19 EJs de diferentes cursos de graduação da UFSC. A formação discursiva Pró EJ também se articula com outros sujeitos do movimento estudantil de setores da direita, como no caso das organizações UJS e UCE, que disputam historicamente o DCE da UFSC. Essa articulação se deu expressamente nas eleições para o DCE no primeiro semestre de 2013, quando a Chapa 4 “Novos Rumos”, organizada por estudantes da UJS e UCE, incorporou em suas pautas eleitorais a defesa e regulamentação do projeto das EJs na UFSC ²¹. A partir de um resgate histórico, entre 2011 a 2015, podemos apontar os grupos que vem compondo as Chapas vencedoras do processo eleitoral do DCE com a finalidade de identificar as articulações de diferentes grupos e organizações estudantis. Observa-se na Tabela 1 (Vide anexo 3) as articulações entre alguns grupos historicamente atrelados a discursos de setores de esquerda na formação de Chapas para DCE. Entre estes o Coletivo 21 de Junho (que depois se tornou a Brigada 21 de Junho das Brigadas Populares), JCA (Juventude comunista avançando), Juventude do PSTU/ANEL e o Coletivo de independentes UFSC à Esquerda. Percebe-se na tabela 1 (anexo 3) que existem desarticulações históricas entre esses grupos de “esquerda”, que perduram nas formações de CHAPA do DCE até as eleições 2013/2014. Após a assembleia do CFH de 2013 são feitas novas articulações entre grupos de esquerda, ao menos frente a pautas como a disputa eleitoral do DCE. No outro lado, os grupos historicamente atrelados às pautas de setores da direita na composição de chapas para eleições do DCE na UFSC são compostos por estudantes de grupos como a UJS (União da Juventude Socialista) e a UCE (União Catarinense de Estudantes), que adotam caráter mais governista e/ou atrelado as políticas da Reitoria da UFSC ²². Grupos como UJS, UCE e as EJs da UFSC se mantêm articuladas discursivamente nas gestões do DCE desde 2012, com a vitória da CHAPA 4 que defende as EJs na UFSC, entre outras chapas de continuidade até a presente data (2015).

²¹ Em análise de Blog de Júnior (2013) se pode ver cartaz de campanha da chapa Novos Rumos, disponível em: <<https://cadernospoliticos.wordpress.com/2013/10/18/medos-estudantis-da-batalha-espiritual-com-as-empresas-juniores/>> Acesso em 10/08/15.

²² Indica-se a leitura de outra interessante análise realizada por Júnior (2014) situa a polêmica sobre as EJs apontando as articulações entre UJS, UCE e estudantes da EJs. A reportagem está disponível em seu Blog “Cadernos Políticos” em: <<https://cadernospoliticos.wordpress.com/2014/02/27/dacritica-a-ej-como-elemento-de-analise-politica-da-ufsc/>> Acesso em 10/08/15.

Interpreta-se, com base nas articulações descritas acima, que desde 2011 estão em disputa duas formações discursivas antagônicas que assumem diversas identidades. Compreende-se na Teoria do Discurso que “a construção da identidade passa pela identificação daquilo que lhe é exterior, que a antagoniza, símbolo do seu não-ser. (BURITY, 1997, p. 14) No caso dos estudantes da Psicologia contrários as EJs temos o CALPSI (2010-2012), o SeMPSI e os “Estudantes pelo Direito de Debater. No caso dos estudantes de Psicologia Pró EJ, temos o Movimento de Criação da EJ de Psicologia, que depois assume a identidade de Persona, além de o grupo assumir também o CALPSI no final de 2012. A formação discursiva articulada entorno da defesa das EJs na Psicologia formava uma grande cadeia equivalencial com o Movimento Empresa Junior da UFSC, articulação que se estende também ao DCE a partir de 2013. Interpreta-se que essa grande articulação, entre os estudantes Pró EJ da UFSC com organizações políticas de direita (UJS e UCE) no DCE, atuou como exterior constitutivo que antagonizava os diferentes estudantes de esquerda no CFH, além dos que inicialmente disputavam a pauta das EJs, como no caso dos estudantes de Psicologia.

Assim, quando o debate vai para o Conselho de Unidade do CFH, começa a se formar uma nova cadeia equivalencial entorno da formação discursiva contrária as EJs, maior do que a cadeia contrária presente apenas no curso de Psicologia e que assumiria uma nova identidade. Assim como a formação discursiva Pró EJ, que também se torna uma nova identidade para a disputa hegemônica que ocorreria no CFH. A assembleia geral do CFH e sua respectiva campanha são o tema do próximo item.

2.2) O processo de construção de uma Hegemonia.

A campanha no âmbito do CFH em relação ao antagonismo sobre as EJs tornou-se um assunto polêmico²³, gerando até a produção do documentário “Prós e Contras”²⁴, de Aramis Merki, Caio Spechoto e Kadu Reis (2014), que mostra parte

²³ A polêmica se expressou em apoiadores das EJs por meio de notas do movimento empresa junior em nível nacional, portais de administração empresarial e até mesmo reportagem de Rodrigo Constantino no Blog da Revista Veja, esta última disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/educacao/ufsc-doutrinação-marxista-pode-convidar-assassino-para-palestrar-pode-empresas-juniores-nao-pode/>> Acesso em 10/08/15.

²⁴ O documentário está disponível no canal Youtube em: <<https://www.youtube.com/watch?v=h0tfmEFxHC0>> Acesso em 10/08/15.

dos processos da campanha e da assembleia. No processo dessa campanha o grupo contrário as EJs se organizou como a identidade “Movimento Contra as EJs no CFH”, realizando ampla campanha com passagens em sala, publicação de uma edição do Jornal do Movimento (intitulado TIK) em outubro de 2013, além de outros textos e panfletos, disponíveis em perfil de rede social (facebook) e em página na Web ²⁵. O grupo também organizou ao menos 5 debates sobre diversos temas como: empresariamento, empreendedorismo, serviços-modelo como alternativa as EJs, e pluralidade no espaço público. (SEKI e SIMÃO, 2013) O Movimento Contra as EJ no CFH foi composto principalmente por estudantes de psicologia contra as EJs, Centros Acadêmicos (geografia, história, ciências sociais e antropologia), estudantes independentes, técnicos administrativos e professores. Dentre as expressões de articulação com outros setores, esteve nota da Diretoria da seção sindical do ANDES-SN divulgada de forma impressa na UFSC e debate do Movimento Contra tendo TAES da UFSC como convidados da mesa.

O “Movimento Pró EJs UFSC” ²⁶ foi o nome dado ao grupo em defesa das EJs na campanha para a assembleia do CFH. Esse grupo era articulado por estudantes de todas as EJs da UFSC, especialmente pelas propostas de EJs no CFH (Psicologia e Oceanografia), estudantes do DCE (UJS e UCE) e CALPSI, além de professores atrelados ao projeto da EJ de psicologia e oceanografia. O Movimento Pró EJ organizou 3 espaços de debate, além de produção de depoimentos em vídeo, passagens em sala, eventos de divulgação, além da produção de textos e panfletos com os argumentos em defesa das EJs ²⁷. Simultaneamente a direção de Centro do CFH organizou dois debates prévios a assembleia, um com debatedores estudantes ²⁸ e outra com professores, em ambos

²⁵ O Movimento Contra as EJs no CFH tem página de internet com praticamente todos os materiais (disponível em: <<https://contraasejsnocfh.wordpress.com/>>) e perfil de facebook, que contém os materiais e algumas “discussões virtuais” sobre os textos publicados. (disponível em: <<https://www.facebook.com/movimentocontraejs?fref=ts>>) Acesso em 10/08/15.

²⁶ A única fonte disponível do Movimento Pró EJs UFSC é seu perfil de Facebook disponível em: <<https://www.facebook.com/movimentoprofej?fref=ts>> Acesso em 10/08/15.

²⁷ Essas informações estão no perfil de facebook desse Movimento disponível em: <<https://www.facebook.com/movimentoprofej>> Acesso em 10/08/15.

²⁸ Notícia do CFH disponível em: <http://portalcfh.ufsc.br/2013/10/24/auditorio-lotado-no-debate-sobre-empresa-junior-no-cfh/> Acesso em 10/08/15.

os casos os componentes da mesa eram indicados pelos Movimentos Pró e Contrás as EJs. (CFH, 2013)

A assembleia geral consultiva do CFH sobre as Empresas Juniores ocorreu no dia 13 de novembro de 2013 tendo duração de cerca de 2h e contando com 553 pessoas credenciadas para votação, principalmente estudantes, além de professores e técnico-administrativos do CFH. O debate ocorreu no Hall do CFH que estava lotado, contando com a presença de muitos estudantes de outros centros de ensino da UFSC (UFSC, 2013), grande parte do setor Pró EJs que veio como espécie de “torcida organizada”. No debate da assembleia foram realizadas 32 falas a partir de inscrições livres junto à mesa do debatem sendo que todas as falas estavam posicionadas dentro de formações discursivas Pró e Contra, sem posições “neutras” sobre as EJs, indicando uma instabilidade nessa estrutura discursiva (LACLAU E MOUFFE, 1985) A assembleia, com suas falas, inscrições de propostas, falas finais e votação podem ser vistos em vídeo de duas partes no canal Youtube ²⁹.

As falas contrárias as EJs tangeram diversos temas. Abaixo realiza-se uma descrição e síntese dos possíveis sentidos desses discursos. De forma geral as falas contrárias sustentavam o posicionamento da incompatibilidade da EJS nas universidades públicas. Temas centrais presentes nas argumentações foram às críticas ao empreendedorismo e a lógica empresarial, dois pilares centrais nas lógicas dos projetos das EJs. Nesse sentido afirmava-se a incompatibilidade da lógica privada no espaço público, considerando-se o contexto do Brasil, um país muito desigual pautado na lógica de mercado, mesmo lógica que sustenta as EJs. A função da universidade pública é posta em questão nessas falas, assim como a Precarização das IES³⁰ Públicas. Um exemplo apresentado são os cortes de verbas que afetam o Ensino, Pesquisa e Extensão. São citados aspectos da precarização na saúde pública como processo similar ao empresariamento da universidade pública, como no caso da privatização do HU por meio da EBSERH, entre outras formas de “ofensivas do capital” à autonomia da universidade pública e do direito público.

²⁹ Parte 1 disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=InswBf_k5GI> ; Parte 2 disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fPC8UYAbR2k>> Acesso em 10/08/15.

³⁰ Instituições de Ensino Superior.

O tema do empreendedorismo, um dos fundamentos das EJs, é apontado em algumas falas como discurso ideológico (no sentido marxista), produzindo um encobrimento dos conflitos da realidade brasileira. Isso se afirma, associando-se o empreendedorismo à lógica da meritocracia, onde o sucesso e fracasso dos sujeitos no mercado são de sua responsabilidade e capacidade empreendedora, desconsiderando-se problemas contextuais, como o desemprego estrutural nos países sub-desenvolvidos. O empreendedorismo é criticado nas falas, também, por estar atrelado a lógica individualista e de competição, presentes no ideário neoliberal. Nas falas também se associam as EJs às práticas assistencialistas e imediatistas perante os problemas sociais. Aponta-se que as EJs funcionariam numa organização hierárquica e no modelo empresarial. O Funcionamento das EJs é criticado, também, por que a maioria dos seus serviços seriam pagos, voltados para clientes de mercado e não para a população e povo trabalhador que vivem condições precárias de trabalho e vida. Assim, as falas apontam que as EJs não dariam um retorno proporcional a sociedade. Nesse mesmo sentido houveram falas retomando as mobilizações de junho de 2013, indicando que a população estaria insatisfeita com o uso privado dos bens e espaços públicos e que, assim, as EJs nas universidades públicas iriam contra as mobilizações de junho e os movimentos sociais.

Uma fala contrária as EJs muito interessante trata sobre as lutas LGBT, articulando os problemas de gênero e classe social. Afirma-se nessa fala que na sociedade as formas de opressão se dariam juntas, como no caso dos salários menores para as mulheres e os preconceitos com a comunidade gay e transexual em locais de trabalho. Nessa fala se associam as EJs ao modelo hegemônico de opressões na sociedade, como se o discurso das EJs naturalizasse formas de opressão, como também o racismo e a pobreza. Isso se sustenta, também, em outra fala que tange os privilégios de espaços como a universidade, e sobre as ações afirmativas que possibilitam a inserção por cotas. A fala associa, novamente, as EJs a lógica de naturalização das desigualdades, nesse caso aponta-se o conflito que envolve a dívida histórica relativa ao racismo. Outras falas associam as EJs às

empresas de transporte coletivo na cidade³¹, indicando que a função das EJs se volta para a lógica empresarial e contra movimentos sociais como o MPL (Movimento Passe Livre). Algumas falas criticam especificamente argumentações feitas na assembleia pelo movimento Pró EJs, que seriam pautadas nas vontades e desejos pessoais dos discursos em relação ao desenvolvimento de projetos de extensão na universidade, porém sem considerar as implicações políticas das EJs no espaço público. Outras falas do movimento contra apontavam que na universidade pública nem toda pluralidade³² seria compatível, principalmente num momento de falta de recursos e sucateamento do estado, do qual a EJ também seria um produto. O tema da pluralidade aparece em resposta a uma crítica do Movimento Pró ao Movimento Contra. Os estudantes contra afirmam que a pluralidade seria o “direito de dizer não” a propostas não coerentes com o público. Diversas das falas contrárias apontavam os Serviços Modelo estudantis como alternativas as EJs, por motivos como o caráter popular do serviço que seria mais coerente com a Universidade pública. São citadas, também, outras alternativas aos estudantes do movimento Pró EJs, como criação de EJs em universidades privadas e o auxílio do SENAI e SEBRAE, que incentivam pequenos e médios empresários.

O CFH é tema de algumas falas, sendo descrito como local de luta e defesa dos direitos do povo, associando ao Centro a idéia de luta pela democracia e outras lutas, como bolsa permanência e a moradia estudantis. Também ocorrem falas em defesa da própria assembleia, como espaço legítimo de uma prática democrática, que envolveu o ciclo de debates e a contraposição de idéias antagônicas de forma pública e divulgada desde 24 de setembro. São feitas, também, algumas falas com críticas ao DCE e a UNE, que tinham representantes presentes dando apoio as EJs e que, junto ao Movimento Pró, haviam sido contrários a proposta de assembleia geral sobre as EJs.

³¹ A EJ da economia “Ação Junior” realizou diversos serviços as Empresas privadas de transporte coletivo de Florianópolis de forma antagônica aos movimentos sociais de esquerda como o Movimento Passe Livre.

³² Interessante citar reportagem do Movimento Contra as EJs no CFH, que diz: “A democracia não é a existência de posições individuais opostas, mas a possibilidade coletiva de que elas possam ser pensadas, contrapostas, pesadas, debatidas e – inclusive – de que ideias novas surjam justamente por isso. Assim, a única maneira de garantir a pluralidade é levar esse momento de debates verdadeiramente a sério.” (SIMÃO e SEKI, 2013, s/p, grifo dos autores).

Dentre alguns dos sujeitos contrários as EJs que realizaram falas na assembleia, encontramos membros de organizações políticas (3 da JCA, 2 das Brigadas Populares e 3 da ANEL) e membros de coletivos com caráter mais independente (6 do Coletivo UFSC à Esquerda e 2 do Coletivo Germinal). A tendência de alguns desses grupos até 2013 era a total desarticulação em eleições para DCE, conforme tabela 1. (Anexo 3)

Por outro lado, podemos realizar uma síntese e descrição de alguns dos possíveis sentidos das falas da cadeia Pró EJs na assembleia. As falas do Movimento Pró Empresas Juniores tangeram diversos temas, que de forma geral, visavam à defesa do projeto Empresa Junior no CFH. Algumas falas apontavam argumentos de que a EJ teriam a finalidade do ensino de formas de aplicação prática na universidade, preparando os estudantes como pessoas para o mercado de trabalho. Entre as aprendizagens estariam o empreendedorismo, entre outras habilidades como as típicas do RH e habilidades financeiras, entre outras.

São feitas falas afirmando que o projeto Empresa Junior, em sua essência, não seria uma empresa e não teria fim lucrativo, sendo que seus membros seriam voluntários. Outras falas apontavam que as EJs resolvem problemas sociais e seriam instrumentos de extensão que fortaleceriam a Universidade em relação a todos os setores (públicos e privados). Afirma-se que as EJs fariam serviços gratuitos e que não reproduziriam a lógica de mercado e do “sistema”, mas iriam “fazer diferente” e mudar o sistema “por dentro”. Diversas falas apontaram a importância das EJs em relação a possibilidade de realizar um “sonho pessoal”, descrevendo aspectos de seus currículos acadêmicos e o desejo de trabalhar com política públicas com os aprendizados das EJs.

Em diversas falas do Movimento Pró EJs o empreendedorismo é caracterizado como algo que possibilita mudanças sociais e está relacionado à proatividade e “conquista”. Essas falas associam ao empreendedorismo a uma formação crítica ao sistema capitalista e que, ao mesmo tempo, possibilita maior inserção e preparo ao mercado de trabalho. São feitas falas Pró EJ, afirmando-se que o empresariamento é diferente de empreendedorismo, assim como falas afirmando-se que o empreendedorismo é diferente do “lucro” e da “Mais-valia”. Falas

como essas afirmavam a diferença entre empreendedor e do empresário, sendo que o empreendedor visaria melhorar as coisas.

Um dos argumentos utilizados em diversas falas em defesa das EJs seria o de direito de pluralidade de escolhas no espaço público. As falas Pró EJs reconheciam o antagonismo entre as posições Contrárias e a favor das EJs, ao mesmo tempo que criticavam a possibilidade de exclusão das EJs do centro, como um ato que privaria a liberdade destes estudantes desenvolverem EJs no centro. Foram feitas falas criticando o Movimento Contra as EJs, afirmando que esse movimento estaria generalizando figura de grandes empresários (no caso Eike Batista) com o projeto das EJs. Foram feitas críticas a partidos e a dirigentes dos partidos políticos, sem especificar quais seriam os dirigentes ou partidos, além da crítica a organizações estudantis como CAs e antigas gestões do DCE por serem contra iniciativas estudantis como as EJs. Nesse mesmo sentido foram feitas falas de representantes do DCE em apoio à criação das EJs.

Foram feitas, também, falas Pró EJs contrárias a assembleia, apontando que o processo não seria democrático como o modelo de voto em urna, defendido pelos estudantes Pró EJs do CFH e entidades como o DCE. Algumas falas criticaram a necessidade de conflito entre os estudantes, relatando sofrimento com o processo de debates, por outro lado, houve falas Pró EJs que elogiaram a qualidade dos debates. Foram feitas, também, críticas aos SeMPSI, proposta alternativa as EJs no curso de psicologia, que não era pauta específica da assembleia. As críticas se fundavam na afirmação de que os estudantes do SeMPSI eram contra as EJs e de que estes ainda não haviam implementado o projeto do serviço modelo na prática. Os discursos Pró EJs foram feitos apenas por estudantes, sendo 2 estudantes da Proposta de EJ da oceanografia no CFH, 4 estudantes da proposta da EJ de Psicologia (Persona), 2 estudantes do DCE e 1 estudantes da Federação das EJs de Santa Catarina (Fejesc) e 1 por estudante da psicologia que estagiava em uma EJ de outro centro de ensino.

Após a rodada de falas foram inscritas apenas duas propostas para votação. A primeira proposta sendo “Aprovação das EJs no CFH” e a segunda sendo “O entendimento desta assembleia geral do CFH é de que as Empresas Juniores não são coerentes pedagogicamente com o papel da Universidade Pública. Portanto a

posição dessa assembleia é de que não credenciem/autorizem a criação de Empresas Juniores nesse Centro. (Universidade Federal de Santa Catarina, 2013)

Foram realizadas falas finais, por representantes dos dois Movimentos em disputa antes da votação. A contagem dos votos foi de 329 para a proposta contrária as EJs e 160 votos para a proposta em defesa das EJs. A decisão votada em assembleia consultiva foi referendada pelo Conselho de Unidade do CFH no mesmo mês, sendo que, desde então não foram permitidas a criação de EJs naquele Centro de ensino da UFSC. (Universidade Federal de Santa Catarina, 2013)

Interpreta-se que os grupos de esquerda historicamente desarticulados nas eleições de DCE, como UFSC à esquerda, JCA, Brigadas Populares e Juventude do PSTU/ANEL, se articularam discursivamente contra a figura antagônica representada pelo projeto das EJs, que funcionava como exterior constitutivo, sendo associado pelas “esquerdas” como um projeto de universidade atrelado aos interesses do empresariado e de mercado, além de estar em conformidade com o sucateamento da Universidade. Ao mesmo tempo interpreta-se que a cadeia de equivalência do discurso contra as EJs também tinha como exterior constitutivo outra dimensão da política estudantil, como as eleições para DCE, uma vez que naquele contexto o DCE eleito era composto por organizações de direita (UJS e UCE), com relação antagônica com os grupos estudantis de esquerda, além do DCE ter defendido claramente as EJs na UFSC. Aponta-se assim como o antagonismo não tem, necessariamente, origem em apenas um ponto, podendo surgir de múltiplas disputas sociais (LACLAU e MOUFFE, 1985, p. 174). Assim, frente à articulação discursiva antagônica em defesa das EJs no CFH, diversas identidades da esquerda se articularam, mudando sua identidade como “Movimento Contra as EJs no CFH”, que articula um conjunto de diferenças (deixando os conflitos internos temporariamente suspensos) numa cadeia equivalencial.

Interpreta-se que o processo, que culminou na negação das EJs na assembleia do CFH, foi um processo de disputa hegemônica, no qual houve “uma relação em que uma determinada identidade, num determinado contexto histórico, de forma precária e contingente, passa a representar, a partir de uma relação equivalencial, múltiplos elementos.” (MENDONÇA e PEIXOTO RODRIGUES, 2008, P. 30) São identificados aspectos necessários para o processo de hegemonia, como

os conflitos entre práticas articulatórias de caráter antagônico e um espaço social instável devido esse disputa. (LACLAU E MOUFFE, 1985, p.179)

Enfoca-se como a formação hegemônica se constrói como uma unidade de diferenças (LACLAU e MOUFFE, 1985, p.186) na esquerda, e na assembleia especialmente, pode-se perceber como as diferenças são várias, tangendo até sujeitos posicionados em discursos que compreendem as EJs como atreladas a uma lógica de discursos de opressão, como o machismo e racismo. Assim, percebe-se que muitos discursos advêm de lutas e movimentos diferentes do que apenas a tradição marxista, a qual se encontra presente em discursos de diversos sujeitos contrários as EJs. A identidade do “Movimento Contra as EJs no CFH” apresenta, como toda identidade, um caráter instável e dado num certo contexto histórico (BURITY, 1997, p. 6), sendo que após a assembleia do CFH, e o referendo desta no Conselho de Unidade do CFH, o Movimento Contrário se desarticulou em seus grupos constituintes.

3. Considerações finais.

Podemos tecer outros elementos que ajudam a compreender a assembleia do CFH de 2013. Esta pode ser compreendida como o momento do “ápice” da disputa hegemônica realizada por duas cadeias antagônicas compostas por diferentes forças sociais. (LACLAU E MOUFFE, 1985, p. 196) O Movimento Contra as EJs no CFH pode ser considerado hegemônico por se abrir “para a mais ampla massa” do CFH com sua proposta, disputando e preenchendo o sentido de um espaço social específico. (LACLAU, 2011, p.77-78) Como qualquer outra disputa hegemônica, existe a instabilidade (LACLAU, 2011, p. 78), tanto no caso das tentativas do Movimento Pró EJs de anular a assembleia de 2013 ³³ como na instabilidade da cadeia de equivalência hegemônica. A ambigüidade constitutiva da Hegemonia

³³ Nota do Movimento Pró EJ da UFSC explica como, no período das férias e sem divulgação, realizou procedimento burocrático para invalidar a assembleia do CFH. Disponível em: <<https://www.facebook.com/movimentoproj/photos/a.631729556878589.1073741828.631546923563519/694356587282552/?type=1>> Acesso em 08/08/15. Na mesma época foi lançado texto de Seki (2014) sobre a ação do DCE intitulado “**Que acontece quando a democracia não serve para nada?**” Disponível em: <http://www.academia.edu/9222894/Que_acomece_quando_a_democracia_n%C3%A3o_serve_para_nada> Acesso em 08/08/15

(LACLAU, 2011, p. 78) também se constata no caso das divergências e antagonismos entre alguns dos grupos de esquerda que compuseram o Movimento Contrário. Ao mesmo tempo, militantes desses diferentes grupos de esquerda se uniram na formação da Chapa “Nada será como antes” nas eleições para DCE de 2015/2016. Assim após o vínculo entre as diferenças constituintes do Movimento Contra as EJs terem se desfeito, se produzem algumas articulações novas e ao mesmo tempo se mantêm os antagonismos entre alguns grupos.

Considera-se que a cadeia equivalencial contrária as EJs é uma cadeia relativamente pequena (comparada a relações de equivalência como no Populismo), sendo que essa articulação contra as EJs (em 2013) não perde totalmente relação com sua proposta inicial e específica (em 2011). Apesar de a discussão ter sido deslocada do curso de Psicologia para o CFH (mudando seu espaço inicial), o parecer contrário de 2011 já indicava a necessidade de não aceitar qualquer EJ no Centro. Ao mesmo tempo a articulação Hegemônica na assembleia transborda o seu sentido específico ou restrito, como nas falas que associam as EJs a lógica de opressão do machismo e racismo ou nas falas que antagonizam o DCE, que estava articulado as EJs.

Ressalta-se o caráter prático e material de uma articulação discursiva que se torna hegemônica em espaços de disputa como as Universidades Públicas, no sentido de envolver campanhas e mobilizações intensas que envolvem a publicização intensa e clara, tanto de argumentos como posições relativas a um projeto de esquerda na universidade. Aponta-se, também a importância de análises de espaços sociais relevantes, como a Universidade, com grande potencial para disputas hegemônicas (como o 21 Julho de 1968 em Córdoba). Nesse sentido indica-se a importância de análises de conjunturas objetivas sobre os discursos, inclusive das particularidades que separam os grupos de esquerda. Afinal, se as esquerdas divergem, qual o sentido dessa divergência? Como se dão as posições e articulações desses grupos em outros contextos? As posições são sempre de esquerda, de fato? ³⁴ Essa pode e deve ser uma discussão para um próximo trabalho.

³⁴ O coletivo de independentes UFSC à esquerda (UàE) aponta críticas a organizações como Brigada 21 de Junho (brigadas populares) e JCA (Juventude Comunista Avançando) na UFSC por suas alianças com a Reitoria na gestão de Roselane Neckel no contexto de precarização da Universidade. O antagonismo entre do UàE com esses grupos persiste atualmente.

4) Referências bibliográficas.

BURITY, J. A. **Desconstrução, Hegemonia e Democracia: O Pós-Marxismo de Ernesto Laclau**. In: GUEDES, Marco Aurélio. Política e contemporaneidade no Brasil. Recife: Bagaço, 1997, p. 29-74. Disponível em: bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/nabuco/joan7.rtf

MANCEBO, D. **Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento**. Revista **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 88, p. 13-20, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v25n88/a10v2588.pdf> > Acesso em 08/08/15

MARCHART, Oliver. “Apresentação: teoria do discurso, pós-estruturalismo e paradigma da Escola de Essex”; NORVAL, Aleta. “Prefácio”; MENDONÇA, Daniel e PEIXOTO RODRIGUES, Léo. “Em torno de Ernesto Laclau”; BURITY, Joanildo Albuquerque “Discurso Política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau”; Laclau, Ernesto. “Posfácio”. En: MENDONÇA, Daniel de; PEIXOTO RODRIGUES, Léo. Pós-Estruturalismo e Teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: ediPUCRS, 2008.

MERKI II, A. SPECHOTO; REIS K. **Prós e Contras** (Documentário). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h0tfmEFxHC0> > Acesso em 08/08/15

NEVES, Lúcia Maria Wanderley et al. O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. **São Paulo: Xamã**, 2002.

LACLAU, E. **Inclusão, exclusão e a construção de identidades**. In: Aécio Amaral Jr; Joanildo Burity (orgs) Inclusão social identidade e diferença. Perspectivas pós-estruturalistas de análise social, p. 21-37.

LACLAU, E. _____ **Emancipação e Diferença**, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011 (1º ed. inglesa, 1996), págs. 15-17; 47-105.

_____ **Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 2, vol. 1, out. ,1986. Disponível em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04.htm > Acesso em 08/08/15

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonía y estrategia socialista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

SEKI, A. K. _____ **A Proposta de Empresa Júnior do curso de Psicologia da UFSC**. Psiu! Jornal do Centro Acadêmico Livre de Psicologia da UFSC - Dezembro de 2011, 6^a Edição Disponível em: <https://calpsiufsc.files.wordpress.com/2012/06/psiu-ed06.pdf> Acesso em 08/08/2015.

Parecer de vistas do processo n. 23080.0115001/2011-72. 2011 Recuperado de: <http://tinyurl.com/plc3lvp>

SEKI, A. K.; SIMÃO, C. R. P. (2013). **Um balanço crítico do processo de debates sobre Empresas Juniores no CFH**. Recuperado de: <http://tinyurl.com/n9k9bq8>

SEKI, A. K.; SIMAO, C. R. P. Por que "não" a uma EJ: o que é inconciliável entre a universidade pública e as empresas júniores?. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Florianópolis, v. 14, n. 4, dez. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572014000400013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 11/08/15

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (2013). **Assembleia rejeita criação de empresas juniores no CFH**. Acesso em: <<http://noticias.ufsc.br/2013/11/assembleia-rejeita-criacao-de-empresas-juniores-no-cfh/>> Acesso em 08/08/2015

WENDT, M. **Resposta à matéria de Allan Kenji no Psiu!** Um Wundt um tanto Wendt (Blog), publicado em 7 de Setembro de 2011. Disponível em: <<http://wundtwendt.blogspot.com.br/2011/12/resposta-materia-de-allan-kenji-no-psiu.html#comment-form>> Acesso em: 08/08/2015

Anexo 1

Nota de repúdio ao colegiado de departamento de psicologia

Colegas do curso de psicologia,

Antes do início conturbado deste semestre o Conselho de Unidade do CFH julgou o processo de criação de empresa junior no curso de graduação de psicologia da UFSC, **votando pela não aprovação do projeto**, de acordo com parecer desfavorável apresentado pelo conselheiro discente da psicologia. Este parecer aponta deficiências metodológicas e violações institucionais não apenas no projeto específico em questão, mas também na resolução 08/CUn/2010, que estabelece normas sobre a criação, reconhecimento e funcionamento de empresas juniores na UFSC.

Dado este acontecimento, o CALPSI dá início a um trabalho de formulação **coletiva** de um projeto de *serviço-modelo de psicologia* que possa contemplar e superar as limitações do projeto de EJ, suprir deficiências em nossa graduação apontadas pelo corpo estudantil - como falta de experiência prática ao longo da formação - e proporcionar aos estudantes a possibilidade de criar e gerir seus próprios projetos, atendendo necessidades sociais da comunidade e criando novas possibilidades de atuação profissional para além dos limites do que o mercado de trabalho demanda do psicólogo e atribui como sua competência.

Infelizmente, nem todos no curso de psicologia consideram o protagonismo estudantil e o debate público e coletivo como imprescindíveis para a construção da graduação em psicologia. É em caráter de repúdio e denúncia à postura imatura e claramente anti-democrática da maioria dos docentes presentes na reunião do colegiado de departamento de psicologia, ocorrida na última 2a. feira (17-10-11), que publicamos este relato do ocorrido.

Um dos pontos de pauta dessa reunião foi um relato da decisão do Conselho de Unidade do CFH sobre o projeto de EJ da psicologia. Foi realizado um breve, parcial e incompleto relato do parecer contrário à criação da EJ. Realizamos a defesa do parecer, apontando para as contradições do relato anterior e tentando aprofundar o debate. Entretanto, numa demonstração de desrespeito e imaturidade, e em meio a nossos apelos para que o documento fosse lido integralmente para que pudesse então ser discutido na reunião seguinte e em outros espaços públicos, em conjunto com os estudantes, a maior parte dos docentes votou por entrar com um recurso contra o parecer.

Reiteramos a gravidade do ocorrido: o documento que aponta as insuficiências do projeto da EJ de psicologia e que levou o Conselho de Unidade do CFH a posicionar-se contrário à aprovação da EJ foi recusado pelos professores **sem sequer ser lido!** Mais grave, foi derrotada a proposta colocada pelos representantes discentes em votação: a discussão aberta com todo o curso sobre a polêmica questão, que, ao que tudo indica, não interessa à maior parte do colegiado.

A gestão Mobiliza! avalia como gravíssima a postura dos docentes, uma vez que a criação de um espaço dentro da estrutura de nosso curso e de nossa

instituição demanda um processo de discussão, especialmente quando se trata de um tema polêmico e que envolvem divergências na concepção da formação do profissional psicólogo. Ignorando a capacidade de os estudantes debaterem o que acreditam que seja *necessário* ser criado dentro de seu curso, estes docentes passaram prontamente por cima de qualquer consulta ampla ao corpo discente sobre o que está sendo criado no curso. Ignorando, inclusive, o momento histórico em que nos encontramos, onde pensamos exatamente a estruturação de um novo currículo, o que implica o debate do perfil dos egressos deste curso de graduação, que prevê, enquanto instituição pública, uma ênfase em políticas públicas e o trabalho do psicólogo neste âmbito.

Entendemos que os estudantes deste curso, por todo seu histórico de participação em espaços de atividade e pensamento político relacionados a sua formação devam ser os principais consultados em relação a este tipo de modificação e adição em sua formação profissional. Mais uma vez percebemos a necessidade de que pensemos enquanto curso as atitudes mais adequadas a nossa formação profissional e no que isso implica “lá fora”, quando nos formarmos!

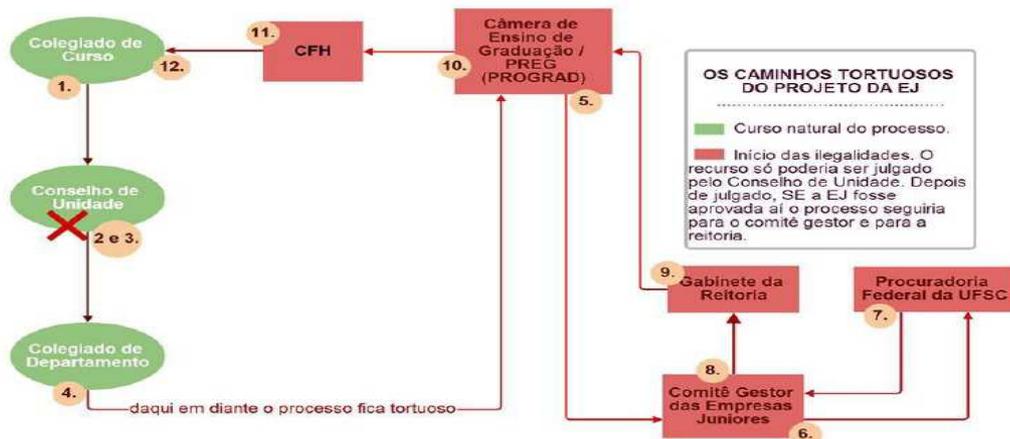
A gestão Mobiliza! faz questão de reiterar seu compromisso integral com os interesses dos estudantes e com a discussão pública, aberta, democrática e propositiva de todas as questões relativas à nossa formação. Nesse sentido, realizamos dois convites a todo o curso: o primeiro a um debate, que ocorrerá na próxima sexta-feira (21-10), com a presença do professor Lino Peres do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC e o representante da Central Única das Favelas (CUFA) Babyton, que vão discutir a relação que a universidade estabelece (ou poderia estabelecer) com a comunidade em seu entorno e na região. Este evento será dar início a um projeto de construção coletiva de um serviço-modelo de psicologia, que nos comprometemos a realizar junto com todos os estudantes interessados. O segundo convite é o da reflexão, a partir de já, sobre este tipo de decisão relacionada ao nosso curso: somos favoráveis à tomada de decisão realizada dessa maneira? O que é preciso pro nosso curso hoje?

Nos recusamos a ser silenciados!

CALPSI
Gestão Mobiliza! (2010-2011)

Florianópolis, 29 de Outubro de 2011

Anexo2



A VOLTA DOS QUE NÃO FORAM (APROVADOS)

Confira você também o tortuoso histórico da tramitação do processo da EJ!

Em 2009 um conjunto de estudantes se reúne para criar uma EJ no curso. Eles escrevem um projeto que é apreciado em julho de 2010 pelo colegiado de curso. O Colegiado decide por criar uma comissão para finalizar o projeto e submetê-lo novamente a instância.

1. COLEGIADO DE CURSO. Em maio de 2010, a professora Daniela Ribeiro Schneider emite parecer favorável a criação da EJ. O Colegiado de curso aprova seu parecer. O projeto é encaminhado ao conselho de unidade do CFH.
2. CONSELHO DE UNIDADE. Na 5ª reunião do conselho em 2011, o professor Clécio Azevedo emite parecer favorável. O acadêmico Allan pede vistas do processo.
3. CONSELHO DE UNIDADE. Em agosto de 2011 o acadêmico Allan apresenta parecer desfavorável a criação da EJ por sua incompatibilidade com a universidade pública. Seu parecer é aprovado pelo conselho. Ou seja a EJ foi NEGADA pelo CFH!
4. COLEGIADO DE DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA. Em outubro de 2011, dois meses após a decisão do conselho, quando o prazo máximo delimitado pelo estatuto da UFSC é de 15 dias, a professora Edite Krawulski requer ao colegiado o envio de recurso sobre a decisão do conselho de unidade. O colegiado aprova seu requirement. Neste momento o CALPSI denuncia que a maioria dos professores sequer havia lido a decisão do conselho de unidade por inteiro. Daqui em diante os caminhos desse processo se tornam tortuosos...
5. CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO/PREG. Janeiro de 2012. O recurso é encaminhado à câmara. A presidente e pró-reitora de graduação (PREG, atual PROGRAD), professora Yara Maria Rauh Muller, envia o processo ao recém-formado comitê gestor das EJs na UFSC "para que analise o processo". Note-se que o Comitê Gestor não é uma instância colegiada (deliberativa) da UFSC e não lhe cabe julgar nenhum recurso
6. COMITÊ GESTOR DAS EJS. O professor Alexandre Marino Costa, presidente do comitê, envia o processo para consulta da procuradoria da UFSC. A consulta versa sobre a constitucionalidade da resolução 08/Cun/2010 que regulamenta as Ejs na UFSC. Note-se que o parecer de vistas aprovado no conselho de unidade que nega a criação da EJ não tematiza a constitucionalidade da resolução e sim o mérito de uma ej.
7. PROCURADORIA FEDERAL DA UFSC. Em janeiro de 2012 o procurador chefe senhor Nilto Parma, emite parecer alegando a constitucionalidade da resolução.
8. COMITÊ GESTOR. Abril de 2012. O comitê faz o que lhe cabe e analisa o projeto e não processo de criação da EJ, avaliando se está de acordo com a resolução 08/Cun/2010 e emite parecer favorável. No entanto o comitê não pode e não decide absolutamente NADA.
9. Gabinete da Reitoria. Junho de 2012. O "Inusitado" acontece o comitê gestor envia o processo ao gabinete para submeter seu parecer a apreciação do reitor. O recurso, aquele do colegiado de departamento, fora do prazo, não fora julgado. A EJ continua REPROVADA... O processo volta para a PROGRAD (antiga PREG).
10. CÂMARA DE ENSINO – PROGRAD. Abril de 2013. O Professor Vitorio Bruno Mazzola emite parecer para apreciação da câmara pedindo que o processo seja reencaminhado ao Conselho de Unidade do CFH. Isso porque a resolução 08/Cun/2010 não prevê sua passagem pela referida câmara. Sendo, então, o CFH última instância recursiva.
11. CFH. Maio de 2013. O Diretor recebe o processo e encaminha para o colegiado de curso para que re-avale o que quer fazer com o processo.
12. COLEGIADO DE CURSO. Junho de 2013. O colegiado decide que precisa debater mais.

Aqui estamos nós! Restam as dúvidas: Que tipo de interesses perpassam um processo tão viciado, seguindo caminhos que não os seus naturais? Até agora a criação da EJ continua REPROVADA pelo conselho de unidade, não houve mais nenhuma decisão sobre o processo... Então, por que um conjunto de estudantes insiste em dizer por aí, como já disseram no último colegiado de curso, que a EJ está aprovada?

Anexo 3

Tabela 1: Dados sobre grupos e organizações com militantes que compuseram chapas para as eleições do DCE-UFSC Entre 2011/2016

Ano eleições/ Militantes de grupos políticos	UJS	JCA	Juventude do PSTU/ Anel	UFSC Esquerda	à Brigadas Populares
2011/2012	<u>Chapa 3</u> Pra dizer mais sim do que não.	<u>Chapa 2</u> Vez e voz	<u>Chapa 4</u> Vem pra luta vem	-	<u>Chapa 1 Rosa dos Ventos</u>
2012/2013	-	<u>Chapa 2</u> <u>Voz Ativa</u>		-	<u>Chapa 1</u> Polifonia
2013/2014	<u>Chapa 4</u> <u>Novos Rumos</u>	<u>Chapa 2</u> Em Frente	<u>Chapa 3</u> Todas as Cores	-	<u>Chapa 1</u> Acabou Chorare
2014/2015	<u>Chapa 4</u> <u>Dias Melhores</u>	<u>Chapa 1</u> Canto Livre	<u>Chapa 2</u> Linha de Frente?	<u>Chapa 2</u> Linha de Frente	<u>Chapa 2</u> Linha de Frente
2015/2016	<u>Chapa 1</u> <u>Por toda a UFSC</u>	<u>Chapa 2</u> , "Nada Será como Antes"	<u>Chapa 3</u> , "DCE É pra Lutar"	<u>Chapa 2</u> , "Nada Será como Antes"	<u>Chapa 2</u> , "Nada Será como Antes"

Obs. 1: As Chapas sublinhadas foram as eleitas nos respectivos anos.

Obs. 2: As fontes da tabela estão nas referências bibliográficas.

Fontes: Os dados sobre as articulações foram obtidos com membros dos respectivos grupos, sejam organizações políticas ou coletivos independentes.

